

Plano de Autoavaliação da Universidade de Brasília: proposta metodológica e estratégica da CPA - UnB para avaliação institucional

Universidade de Brasília (UnB)

Eixo I – Criação de estratégias e metodologias para o trabalho das CPAS

Joaquim Soares Neto (Instituto de Física)

José Angelo Belloni (Departamento de Estatística)

Carmenisia Jacobina Aires (Faculdade de Educação)

Maria Inez Machado Telles Walter (Centro de Pesquisas de Opinião Pública da UnB)

Júnia Falqueto (Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais do Decanato de Planejamento e Orçamento)

Resumo

A autoavaliação requer que as universidades assumam seus erros, acertos e busquem mudanças positivas. É o momento no qual a instituição produz uma reflexão coletiva, uma diagnose a respeito do conjunto das atividades institucionais, resultando em subsídios para a tomada de consciência, para a correção e o aprimoramento de rumos. O desafio de desenvolver uma metodologia para avaliação institucional em uma universidade pública é tão complexo quanto a própria instituição. As múltiplas funções das instituições de ensino superior e a complexidade de sua gestão colegiada impõem ao processo de avaliação a necessidade de desenvolver uma metodologia coerente com um conjunto de princípios e critérios necessários na operacionalização de seus processos. Nesse contexto e consoante com a legislação pertinente, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade de Brasília definiu estratégias para seu trabalho que resultaram no Plano de Autoavaliação Institucional. Concebido a partir da definição de eixos temáticos, objetiva a criação de ações, estruturas e ferramentas para subsidiar o processo de autoavaliação, permitindo autoconhecimento, autocrítica e sensibilização da comunidade acadêmica. Foram definidos quatro eixos temáticos: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Os três primeiros relacionam-se com a atividade fim da universidade e estão sintetizados na sua missão. A gestão, por sua vez, busca a viabilização dessa missão, tendo em vista a abrangência que tem adquirido com a expansão e a crescente quantidade de atores e órgãos envolvidos. Assim, parte-se do princípio de que cada eixo deva ser avaliado quanto às condições para seu desenvolvimento, os processos realizados e os resultados obtidos. Para isso foram definidos critérios e indicadores específicos para cada área. Sobre a implantação do Plano, está prevista a criação de uma estrutura funcional de suporte. A CPA deverá contar com o apoio de órgãos que compõem a estrutura gerencial da instituição como suporte à concretização das atividades planejadas para o ciclo de avaliação. Entre esses, destacam-se a Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais, vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento, e os Comitês Setoriais de Avaliação, que deverão ser criados para atuar como instância de cooperação nas unidades acadêmicas e na Administração Superior, bem como para a disseminação da autoavaliação. O Plano fundamenta-se nos métodos correntes de pesquisa social, incluindo pesquisas de percepção, por considerar essa uma importante dimensão da avaliação institucional. Propõe-se a captação de informações qualitativas e quantitativas, incorporado-as em uma perspectiva articulada, posto que essas metodologias trazem contribuições distintas e complementares. Estão previstas

captações de dados pela CPA, seja a partir de discussões e aprimoramentos dos instrumentos existentes, como a avaliação docente por discente, seja criando novos mecanismos para que todos os aspectos do Plano de Autoavaliação sejam abarcados.

Após a implantação das estratégias e a criação da estrutura prevista, espera-se que, após o período de três anos, a execução do Plano de Autoavaliação da UnB tenha alcançado o objetivo pretendido de estar articulado às demandas do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e apto a fornecer os subsídios necessários para reflexão e aperfeiçoamento da Instituição.

Palavras – chaves: Autoavaliação. Comissão Própria de Avaliação. Universidade de Brasília

Introdução

A universidade pública brasileira experimentou, nas últimas décadas, um período de expansão quantitativa e transformações qualitativas, bem representadas por um aumento significativo do número de matrículas e docentes e pelos esforços na qualificação do corpo docente e na criação de programas de pós-graduação. Essas transformações têm sido acompanhadas por uma crescente preocupação por parte das universidades com a atualização de seu projeto institucional e a revisão de seu papel junto à Sociedade. O início do século e a significativa expansão das universidades federais trazem novas exigências e desafios relativos à definição de sua missão social e às formas de seu relacionamento com a Sociedade e o Estado.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB apresenta o **Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília**. Elaborado por uma subcomissão constituída para esse fim e aprovado pela CPA, o Plano resgata um histórico das avaliações realizadas na UnB e os fundamentos legais e teóricos para uma autoavaliação que contemple, tanto os objetivos de autoconhecimento que permitam os necessários avanços e ajustes nos rumos da UnB, quanto os objetivos traçados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A proposta metodológica define a avaliação por eixos temáticos, determinando ações, estruturas e ferramentas do processo de avaliação. Cada um desses aspectos será detalhado em tópicos específicos, que explicitam seu encadeamento e seus propósitos, incluindo as questões operacionais.

Espera-se que, ao final de três anos, todas as metas tenham sido alcançadas e que a execução deste Plano contribua para melhorias nos diversos aspectos contemplados, fortalecendo a UnB como instituição e estreitando os canais de interação de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária.

1 O histórico da avaliação na Universidade de Brasília

O início da década de 80 foi marcado, do ponto de vista da política brasileira, por dois fatores aparentemente paradoxais, mas que, na verdade, faziam parte da lógica do processo de transição pela qual o País passava. De um lado, a crítica às instituições

públicas, que partia dos setores sensíveis a uma condução política autoritária em decadência e que lutava por perpetuar-se no poder; e, de outro, a resistência daqueles que defendiam o nascente e frágil processo de redemocratização e que lutavam pelas mudanças das bases sociais e políticas sobre as quais o País se assentava através, principalmente, do fortalecimento de instituições públicas como o Parlamento, as Instituições de Ensino Superior (IES), etc. Nesse contexto, é possível compreender-se a política educacional da época nitidamente contrária à universidade pública, e as críticas dirigidas pelo governo às universidades e por ele estimuladas.

Também nesse contexto e como reação, surgem as discussões sobre a “avaliação” das instituições públicas, principalmente das universidades, como forma de possibilitar o resgate e a credibilidade dessas instâncias de poder. Ou seja, a avaliação surge, de um lado, decorrente de um caráter estrutural e estrategicamente utilizado pelos setores interessados na redemocratização do País. As universidades, na condição de instituições públicas, deviam ser avaliadas como forma de prestação de contas à sociedade acerca dos recursos públicos utilizados. Por outro lado, a avaliação surge como uma resposta às críticas feitas à universidade pública na tentativa de reverter o quadro nitidamente favorável à sua privatização.

A criação pela UnB da Comissão de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília (CAI), em setembro de 1986, ocorre então com o objetivo de elaborar e testar uma proposta de metodologia de avaliação institucional para a UnB. A metodologia desenvolvida pela CAI foi aprovada pelo CEPE no primeiro semestre de 1987 e tinha por objetivos “a necessidade de se atingir uma autoconsciência institucional e fornecer subsídios confiáveis para a tomada de decisão” (UnB,1987:16). A proposta se caracterizava por uma combinação de autoavaliação com avaliação externa, pela utilização de diversas fontes de informação, avaliadores para cada dimensão em foco e pela observação continuada.

Após a aprovação pelo CEPE, a CAI procedeu em 1987 ao primeiro teste da metodologia que contou com a participação voluntária de oito departamentos, 65 professores e 979 alunos que avaliaram 82 disciplinas e os respectivos docentes. No ano seguinte, ainda em caráter experimental, a avaliação de disciplinas e desempenho docente prosseguiu com a participação voluntária de 450 professores e cerca de dez mil alunos responderam aos questionários avaliativos. Em 1989 foi elaborada e testada uma metodologia de avaliação dos cursos de graduação com a participação de 33 cursos avaliados por 434 alunos formandos e 340 professores. Em novembro daquele ano o CEPE tornou compulsório o processo de avaliação institucional desenvolvido pela CAI já, então, transformada em Centro de Avaliação Institucional.

Em 1992, por decisão do CEPE, foi planejada a avaliação global do ensino de graduação, tanto na ótica interna (por professores e alunos) quanto a partir de uma perspectiva externa (por consultores/avaliadores externos à UnB). Assim, no segundo semestre de 1992 foram avaliadas 757 das 1.105 disciplinas oferecidas na graduação, com a participação de cerca de 15 mil alunos respondentes e respectivos professores. Também os cursos de graduação (35 em um universo de 38) foram avaliados pela maioria de seus formandos e professores.

No primeiro semestre de 1993 foi elaborada a metodologia para a avaliação externa dos cursos de graduação. No segundo semestre foi realizada a avaliação externa de sete cursos de graduação com a participação de avaliadores externos à instituição. Essa etapa permitiu concluir e testar globalmente a metodologia para a avaliação do ensino de graduação. A metodologia de avaliação institucional da UnB tornou-se uma

referência na avaliação institucional de universidades e subsidiou a elaboração de propostas de avaliação em várias universidades brasileiras.

A partir de 1994 observou-se, tanto por parte da administração superior da UnB, quanto do MEC, um afastamento desse tipo de proposta de avaliação e a metodologia deixou de ser utilizada pela UnB. Em 1995, na contramão do processo de construção de metodologias pelas próprias instituições, o MEC iniciou outro processo de institucionalização de práticas avaliativas diferentes das bases do PAIUB¹. O Governo, por meio da Medida Provisória 1.018 de 8/06/1995, implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), o chamado ‘Provão’, com o objetivo de avaliação do ensino. E iniciou suas primeiras provas no final do ano de 1996. No mesmo ano editou o decreto 2.026, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior, normatizando todo o sistema com projetos voltados a regulação do sistema.

Em 1994, a UnB submeteu ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB um projeto de avaliação institucional com uma abordagem baseada no modelo Contexto-Insumo-Processos-Produtos/CIPP. O modelo seguia basicamente dois grandes enfoques de avaliação, apresentados na literatura especializada. O primeiro tomava por base o processo de tomada de decisões e o segundo, fundamentava-se nas clássicas abordagens de sistemas. Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, autoavaliação e a pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, abrangendo 28 cursos de graduação (UnB, 2005).

Após alguns anos sem iniciativas globais de avaliação a UnB constituiu, em 2002, por meio da Resolução da Reitoria n. 024/2002, a Comissão Interna de Avaliação Institucional da UnB, com o objetivo de apresentar um projeto de avaliação institucional. O projeto foi elaborado enfocando três eixos básicos:

- 1) avaliação geral com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição;
- 2) avaliação específica do ensino de graduação;
- 3) pesquisa de egressos.

Em 2005, a UnB retomou um processo de avaliação institucional, cumprindo assim as obrigações legais de avaliação agora determinadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861/2004. O modelo de avaliação institucional era composto por seis módulos ou modelos específicos (Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa Científica, Extensão Universitária, Gestão Universitária) e as fontes de dados consistiam de variáveis e indicadores que “já vem sendo coletadas e analisadas pela UnB e constam de relatórios institucionais e anuários estatísticos amplamente divulgados à comunidade interna e externa” (UnB, 2005). A partir de 2006 a UnB passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo SINAES, com base em informações existentes na instituição.

¹ O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), de 1993, preconizou a elaboração de projetos de avaliação pelas próprias universidades, consagrando o termo “avaliação institucional”. O objeto da avaliação passa a ser a universidade individualizada com o objetivo de promover melhorias na instituição.

1.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Todo o processo de avaliação do SINAES é acompanhado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que tem como função estabelecer os parâmetros gerais para a operacionalização do sistema de avaliação. A responsabilidade pela operacionalização do sistema foi atribuída ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP (RANGEL, 2010).

O SINAES é coordenado e supervisionado pela CONAES, que deve propor e avaliar os instrumentos, procedimentos e mecanismos de avaliação, organizar comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e recomendações. Às instituições de ensino superior cabe a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da autoavaliação (INEP, 2004).

A constituição da CPA tem a finalidade de contribuir com o processo de avaliação institucional que compreende a avaliação externa e interna. Essa Comissão atua com autonomia em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes nas instituições. Sua composição, dinâmica de funcionamento e especificação de suas atribuições são referendadas pelo Conselho Superior da Instituição, observando-se as seguintes diretrizes previstas na Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES:

I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;

II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Aspecto importante a considerar se refere à diretriz da CONAES de que a CPA é um órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Ao formular essa diretriz, a comissão nacional buscava assegurar a autonomia da CPA frente à administração da IES e, ao mesmo tempo, afirmar seu papel acadêmico e não meramente administrativo.

Por meio da Resolução do Conselho Universitário nº 1/2009, de 2 de fevereiro de 2009, foi criada a Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília, responsável pelo trabalho de autoavaliação do ano em questão. Por meio da Resolução da Reitoria nº 51/2009, de 19 de maio de 2009, foi constituída a Comissão Própria de Avaliação/CPA – UnB por docentes, discentes e técnico-administrativos, além de representantes da sociedade civil.

A organização de um novo processo de avaliação na Universidade representa um grande desafio, devido à complexidade da instituição, que se revela especialmente pela heterogeneidade de cursos oferecidos, sediados em diferentes campi, e pelo elevado número de alunos, de docentes e de pessoal técnico-administrativo (UnB, 2010).

No ano de 2011, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) da UnB elaborou uma proposta para a autoavaliação institucional baseada em uma efetiva participação de toda a comunidade universitária, que será descrita a seguir.

2 Desafios do processo de autoavaliação

O desafio de desenvolver uma metodologia para avaliação institucional de uma universidade é tão grande e complexo quanto a própria instituição. As múltiplas funções da universidade, representadas pelo trinômio ensino-pesquisa-extensão, e a complexidade de sua gestão colegiada impõem ao processo de avaliação a necessidade de desenvolver uma metodologia que permita fazer julgamento de valor das diferentes atividades, de tal forma que a própria metodologia esteja livre de viés pela seleção de um aspecto a partir do qual se valorizará ou não a instituição, independentemente do valor ou da relevância das demais atividades desenvolvidas. A complexidade da instituição faz com que o projeto de avaliação institucional de uma universidade deva ter tantas facetas quantas sejam necessárias para caracterizar globalmente a instituição (BELLONI et al, 2008).

Este Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília tem como objetivos contribuir para a conscientização sobre a Instituição e o apoio à tomada de decisões. Esse autoconhecimento institucional deve permitir que os indivíduos reconstruam uma visão geral das atividades desenvolvidas, de suas condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações. Esse conjunto de informações deve ainda permitir uma análise fundamentada dos marcos de identificação com os ideais buscados na construção da UnB.

A autoconsciência institucional resulta do conhecimento que indivíduos e autoridades institucionais têm sobre as atividades que se desenvolvem na Instituição, com seus acertos e suas dificuldades. Constitui, portanto, importante subsídio para o processo de tomada de decisão, tanto no nível individual quanto no institucional, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Para cumprir seu papel de estratégia de aperfeiçoamento, a avaliação institucional necessariamente deve ser tecnicamente competente e politicamente legítima, a fim de que seus resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras. Nesse sentido, é de fundamental importância a intensa participação dos membros da comunidade universitária, tanto na forma de encaminhar a avaliação, na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados, buscando o melhor cumprimento de suas finalidades científicas e sociais. Com esses objetivos e finalidade, espera-se oferecer à comunidade universitária, por meio da avaliação, um maior grau de confiabilidade acerca dos elementos necessários para redefinição de rumos pelos quais a instituição deve ser encaminhada.

Frente à diversidade e complexidade expostas, desenvolveu-se uma proposta de avaliação que aborda a instituição a partir de eixos associados aos tipos de atividades desenvolvidas, como será explicitado a seguir.

3 Eixos da Autoavaliação

A universidade foi caracterizada, quanto às suas finalidades, como o local onde o ensino, a pesquisa e a extensão são realizados de modo indissociável, com o apoio e a coordenação da gestão universitária. Cada uma dessas atividades requer, portanto, critérios e indicadores específicos que uma metodologia abrangente deve abordar e se caracterizam como um eixo de avaliação.

O processo de autoavaliação da Universidade de Brasília visa estabelecer um quadro diagnóstico da Instituição para que, com as informações, a UnB possa adotar políticas para superar suas dificuldades e tirar maior proveito de suas virtudes. Um ciclo completo do processo de avaliação é constituído de três etapas anuais de tal forma que, após três anos, todos os eixos do processo tenham sido considerados. A autoavaliação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão constituem, portanto, os eixos centrais do processo.

Essa segmentação foi adotada considerando-se ainda que a missão da universidade é sintetizada pela atuação em ensino, pesquisa e extensão. A gestão, por sua vez, busca a viabilização desta missão. Assim, este Plano tem como temas centrais, os eixos essenciais do fazer da Universidade de Brasília. Cada um desses eixos deve ser avaliado quanto às condições para seu desenvolvimento, os processos desenvolvidos e os resultados obtidos.

Ao se abordar o ensino na UnB, serão considerados tanto a graduação, quanto a pós-graduação. Grande parte do fazer da instituição está associado ao ensino, desta forma, a avaliação deste eixo será dividida em três etapas, cada uma realizada em um ano. A primeira etapa considerará o ensino de graduação presencial, a segunda, o de pós-graduação e a terceira, o ensino à distância oferecido pela UnB. Os seguintes aspectos de grande relevância terão destaque na avaliação: os cursos, o corpo docente e a estrutura.

A investigação científica tem um papel decisivo no mundo moderno. Atualmente, todas as facetas da vida estão transformadas pela presença maciça de novas metodologias e tecnologias. A universidade tem um papel essencial no trabalho de desenvolver e adquirir conhecimentos e transformá-los em tecnologias por meio da pesquisa. Visando observar o trabalho de pesquisa realizada em nossa Universidade e levando-se em consideração a complexidade dessa atividade, o processo de avaliação da pesquisa terá como linhas mestras a produção acadêmica, a iniciação científica, o financiamento, articulação institucional, a inovação e a internacionalização.

O eixo relativo à extensão, que além de complexo é bastante amplo, terá como linhas centrais a atuação da UnB no que diz respeito à educação básica; a preservação e sustentabilidade do meio ambiente; a qualidade de vida e saúde da população; a educação nas áreas da reforma agrária; formação profissional, qualificação para o trabalho e inserção produtiva; os direitos humanos e a cidadania; a capacitação de gestores de políticas públicas; e as questões culturais e raciais. A construção de um processo de avaliação da extensão universitária é desafiadora devido à diversidade de situações em que se dá esta atividade.

Todo o trabalho exige um processo de gestão, que deve ser encarado como um dos pilares do fazer universitário. A gestão universitária é responsável pelo fluxo das demandas relacionadas à missão central da instituição. O processo de autoavaliação se concentrará em aspectos de grande relevância da gestão, que são: pessoal, planejamento e orçamento, tecnologia da informação, infraestrutura, contratos e convênios e gestão institucional.

Como será detalhado mais adiante, existe hoje uma grande quantidade de dados já disponíveis, tanto da própria Universidade, quanto de órgãos do Ministério da Educação (Inep e Capes) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq). No processo, serão levados em consideração esses dados já existentes e, em casos específicos, serão elaborados instrumentos para a obtenção dos dados necessários de forma direta.

4 Estratégias de sensibilização e implantação

O desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional da UnB deverá passar, necessariamente, pela ampla participação e comprometimento da comunidade universitária, buscando o envolvimento efetivo de docentes, estudantes e técnicos administrativos. A comunidade externa também terá papel de destaque na autoavaliação através da participação dos egressos da própria UnB e da sociedade em geral, por meio de suas diversas representações.

A priori, é fundamental que o Plano de Autoavaliação da UnB para o triênio 2011-2013 seja amplamente debatido e acatado pela comunidade universitária, com a perspectiva de que possa vir a se tornar referencial para iniciativas relacionadas à melhoria da gestão institucional, em todas as suas dimensões, compreendendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão propriamente dita.

Para tanto, é indispensável o envolvimento de todos os segmentos da comunidade universitária, incluindo os colegiados deliberativos, representados pelos Conselhos Superiores (CONSUNI, CEPE, CAD) e suas respectivas instâncias decisórias. O comprometimento e a participação das Unidades Acadêmicas e Administrativas e das representações de servidores docentes e técnicos administrativos, além da representação estudantil, são indispensáveis para que o processo de autoavaliação possa vir a ser incorporado à cultura de gestão de UnB.

4.1 Estratégia geral de implantação

Sugere-se que o Plano de Autoavaliação Institucional da UnB, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) seja inicialmente submetido ao aval do CONSUNI. Embora a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabeleça em seu Artigo 11 que a CPA terá “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados da instituição”, é fundamental, conforme citado anteriormente, que a autoavaliação seja incorporada à cultura da Universidade e não apenas vista como mais uma exigência legal a ser atendida.

Para o lançamento do Plano de Autoavaliação Institucional da UnB para o período 2011-2013, sugere-se a realização de um evento que poderá integrar o calendário de festividades alusivas aos 50 anos da UnB, com a participação de especialistas em avaliação institucional. Assim, além de dar a devida visibilidade para o início do processo de autoavaliação, o evento servirá como um importante marco para a reflexão do tema junto à comunidade interna e externa à UnB.

A ampla divulgação do Plano de Autoavaliação será importante para enfatizar seu caráter essencialmente participativo, pois a iniciativa somente será exitosa se a comunidade se engajar efetivamente na sua execução. Para tanto, é importante que haja espaço para a comunidade manifestar-se e participar efetivamente do processo de reflexão que a autoavaliação propicia, sem, no entanto, sobrepor-se à competência legal da CPA na definição das diretrizes estratégicas para a realização da autoavaliação.

Cada um dos quatro eixos temáticos definidos para a realização da autoavaliação (Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão) deverá ter uma abordagem metodológica específica. Devem ser observadas as características próprias de cada um dos eixos temáticos em análise, as instâncias organizacionais participantes e o perfil e a quantidade de atores envolvidos.

Neste sentido, é importante que a metodologia seja definida e detalhada com a participação e o comprometimento do conjunto de unidades envolvidas em cada uma das áreas em análise, a partir de proposta geral elaborada pela CPA, responsável institucional pela definição das políticas e diretrizes estratégicas da autoavaliação.

4.2 Página da Avaliação Institucional na Internet

Com o objetivo de dar plena visibilidade ao processo de avaliação institucional está sendo criada página eletrônica com acesso direto a partir do portal da Universidade na internet. A página, a ser hospedada no CPD, foi concebida para servir como canal de informação e comunicação sobre todo o processo avaliativo na UnB, incluindo legislação, composição da CPA, estruturas participantes, Plano de autoavaliação, memórias de reuniões, relatórios e agenda.

5 Estrutura funcional de suporte à autoavaliação

A condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é atribuição da CPA, conforme definido na Lei nº 10.861. Com atuação autônoma especificada pela citada lei, a CPA age principalmente na condução da definição da política de avaliação adotada pela UnB e na definição das estratégias para seu alcance.

Para dar suporte à concretização das atividades planejadas para o ciclo de avaliação 2011-2013, a CPA contará com o apoio de diversos órgãos que compõem a estrutura gerencial da Universidade, que são:

- a) Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) – A DAI foi criada no âmbito do Decanato de Planejamento e Orçamento para atuar na coordenação do apoio institucional necessário à concretização das ações avaliativas. Deverá funcionar como elo entre a CPA e as demais unidades envolvidas na avaliação.
- b) Centro de Informática (CPD) – O CPD será responsável pela armazenagem e segurança dos bancos de dados sobre avaliação e pelo desenvolvimento de ferramentas para extração dos dados relacionados às diversas fases da avaliação.
- c) Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) – O CESPE dará o apoio logístico para a realização do trabalho de coleta de dados da avaliação, a partir dos instrumentos de pesquisa definidos pela CPA. Ficará sob sua responsabilidade a elaboração de questionários eletrônicos, a realização das coletas de dados e a disponibilização dos bancos de dados primários gerados no trabalho de campo.
- d) Centro de Pesquisas de Opinião Pública da UnB (DataUnB) - O DataUnB procederá a estudos e análises dos dados sobre a avaliação, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre o tema e sobre a realidade institucional, além de auxiliar no aporte de informações que possam fornecer subsídios para o processo de tomada de decisão.
- e) Comitês Setoriais de Avaliação – Os Comitês Setoriais de Avaliação irão atuar como instância de cooperação para o desenvolvimento das ações de autoavaliação coordenadas pela CPA, sendo constituídos no âmbito das Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades) e da Administração Superior. A proposta

para a sua criação, apresentada a seguir, está relacionada à idéia central de que o processo de autoavaliação da UnB seja efetivamente participativo.

5.1 Criação dos Comitês Setoriais de Avaliação

O objetivo dos Comitês Setoriais de Avaliação é atuar como instância de cooperação para o desenvolvimento das ações de autoavaliação coordenadas pela CPA. São instituídos no âmbito das Unidades Acadêmicas (Institutos e Faculdades) e da Administração Superior da UnB.

A principal atribuição dos Comitês é atuar como interface entre a CPA e a comunidade, tanto interna à Unidade, constituída pelos discentes, docentes e técnicos administrativos em educação, bem como em relação à comunidade externa, composta pelos ex-alunos e, em sentido amplo, pela sociedade. Projeta-se para os Comitês Setoriais de Avaliação o papel de agentes de indução e de disseminação da cultura da avaliação no âmbito das Unidades, seja promovendo ações por sua própria iniciativa, seja desenvolvendo atividades definidas pela CPA em consonância com o processo institucional de autoavaliação.

Comitês Setoriais de Avaliação deverão ser estruturados com pelo menos três integrantes, sendo um docente, um técnico administrativo e um representante discente. Os Comitês Setoriais de Avaliação, na qualidade de núcleos de cooperação para viabilizar as atividades relacionadas à autoavaliação, deverão atuar em consonância com as diretrizes da sua Unidade gestora e da CPA. Até a designação dos integrantes do Comitê Setorial de Avaliação da Unidade, todas as ações relacionadas à autoavaliação ficarão sob a responsabilidade direta do gestor (Diretor).

6 Autoavaliação a partir de dados – coleta e análise

Entre as ações de avaliação está proposta a captação de dados qualitativos e quantitativos, primários e secundários, análises desses dados e ampla discussão com a comunidade universitária. Tendo como base os princípios de avaliação (e autoavaliação) descritos, a CPA desenvolverá procedimentos de captação de dados, seja a partir de discussões e aprimoramentos dos instrumentos existentes, por exemplo, a avaliação docente por discente, bem como criando novos mecanismos para que todos os aspectos do Plano de Autoavaliação sejam abarcados.

As principais fontes de dados primários são as coletas qualitativas e quantitativas. Os dados qualitativos serão obtidos, entre outros meios, por entrevistas em profundidade e grupos focais. A escolha dos atores decorre da perspectiva, da temática e de sua capacidade de contribuir com a discussão. Os dados quantitativos resultarão, em geral, de amostras representativas e seguirão procedimentos estatísticos com apuração por variáveis ou dimensões, abstraindo o indivíduo.

Os dados secundários, sejam eles gerados por órgão oficiais (INEP, CAPES, etc.) ou pelas diversas instâncias envolvidas na autoavaliação da própria UnB, constituem um recurso de contextualização, além de permitirem análises retrospectivas e prospectivas em temas de fundo. Estes se prestam também a acompanhamento e controle, planejamentos e estimativas que podem subsidiar gestões tornando-as mais eficientes e aumentando sua chance de eficácia e sucesso. Da mesma forma, o acúmulo

dos dados primários da autoavaliação ao longo do tempo pode compor séries históricas que também constituem uma poderosa ferramenta de gestão.

A proposta analítica fundamenta-se nos métodos correntes de pesquisa social, incluindo pesquisas de percepção, por considerar esta uma das importantes dimensões para compor avaliações institucionais. O princípio fundamental das análises de dados congrega abordagens qualitativas e quantitativas, incorporado-as em uma perspectiva articulada, posto que essas metodologias trazem contribuições distintas e complementares.

A pesquisa qualitativa permite que atores e usuários forneçam dados e informações de maneira mais aprofundada e complexa, incluindo argumentação e problematização do fenômeno sob análise. Entretanto, por maior que seja a quantidade de pessoas ouvidas, não existe representatividade inferencial. Essa é dada pela pesquisa quantitativa, feita por amostragem estatística de segmentos de população. A ressalva à abordagem quantitativa refere-se ao seu caráter mais superficial, pois trabalha, mormente, com instrumentos de coleta de dados compostos por quesitos fechados que não comportam discussões, argumentações ou aprofundamentos.

Essa descrição, ainda que simplifique as principais restrições dirigidas a ambas as abordagens, permite delinear sua complementaridade. O que falta em uma é dado pela outra, caso da profundidade da pesquisa qualitativa e da representatividade, da quantitativa. A articulação quali-quantitativa, portanto, confere qualidade e abrangência a um projeto de avaliação, assumindo-se os seus limites como características e não como problemas.

7 Primeiro detalhamento dos Eixos Temáticos da Autoavaliação

Cada Eixo Temático será abordado por categorias e subcategorias, utilizando como ferramentas os dados secundários disponíveis e os dados primários a serem obtidos em ações de coleta. Além das questões básicas relacionadas ao Eixo, foram definidos preliminarmente alguns temas para reflexão pela CPA. A seguir, cada Eixo Temático é detalhado, ainda que de modo esquemático.

7.1 Eixo Ensino

7.1.1 Categorias

- Graduação e Pós-graduação
 - Avaliação de cursos
 - Avaliação do corpo docente
 - Avaliação da estrutura

7.1.2 Ferramentas de avaliação da Graduação

A) Dados primários

- Questionário de Percepção dos Estudantes - inclui avaliação de docentes por discentes
- Questionário de Percepção dos Docentes

- Questionário de Percepção dos Coordenadores
- Consulta à Câmara de Ensino de Graduação (CEG)
- Pesquisa com egressos da Graduação

B) Dados secundários

- Base de Dados de Ingresso na UnB – Cespe
- Base de Dados da Graduação – SAA (SIGRA)
- Censo do Ensino Superior – Inep
- Enade – Inep
- Visitas in loco – Inep
- Instrumento para acompanhamento de egressos
- Indicadores do PDI
- CEG
- Fórum de Pró-Reitores de Graduação
- Questionário Sócio-Econômico do ENADE

7.1.3 Ferramentas de avaliação da Pós-graduação

A) Dados primários

- Questionário de Percepção dos Estudantes - inclui avaliação de docentes por discentes
- Questionário de Percepção dos Docentes
- Questionário de Percepção de Coordendores
- Consulta à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP)
- Pesquisa com egressos da pós-graduação

B) Dados secundários

- Base de Dados de Menções – UnB
- Avaliação da CAPES
- SIPOS
- Fórum de pró-reitores de ensino de graduação
- CPP
- Dados de ingresso na pós-graduação
- Fórum de pró-reitores de ensino de graduação

7.1.4 Temas para reflexão

- Expansão da Universidade

- Acompanhamento de egressos
- Evasão
- Aproveitamento de vagas
- Progressão funcional
- Assistência ao estudante

7.2 Eixo Pesquisa

7.2.1 Categorias

- Produção acadêmica
- Iniciação científica
- Financiamento
- Articulação institucional
- Inovação
- Internacionalização

7.2.2 Ferramentas de avaliação das Categorias

A) Dados primários

- Dissertações e teses
- Produção acadêmica (publicações em geral: artigos, livros, resumos, textos completos em anais de eventos acadêmicos, etc.)
- Grupos de pesquisa
- Patentes
- Projetos de iniciação científica
- Montantes de financiamento interno e externo
- Dados relativos a premiações
- Consulta à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP)

B) Dados secundários

- SIPOS
- Sigproj
- CAPES
- CNPq
- Fórum de pró-reitores de ensino de pós-graduação
- CPP

7.2.3 Temas para reflexão

- Métodos de aferição da produção acadêmica - análise dos indicadores quantitativos face ao aspecto qualitativo;

banalização da produção científica; artifícios de elevação dos indicadores; fraudes.

- Contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional
- Progressão funcional
- Articulação da pesquisa com
 - a missão da Universidade e as políticas institucionais
 - as demais atividades acadêmicas
 - os grandes problemas nacionais
 - outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais
 - a sociedade

7.3 Eixo Extensão

7.3.1 Categorias

- Educação básica
- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente
- Qualidade de vida e Saúde
- Educação nas áreas da Reforma Agrária
- Formação profissional, qualificação para o trabalho e inserção produtiva
- Direitos humanos e cidadania
- Capacitação de gestores de políticas públicas
- Questões culturais e raciais

7.3.2 Ferramentas de avaliação das Categorias

A) Dados primários

- Grupo Focal
- Seminário
- Encontro de Extensão 2011 - 19 e 20 de maio
- Avaliação de impacto
- Eventos, projetos e programas permanentes
- Pólos de Extensão

- Consulta à Câmara de Extensão (CEX)
- Congresso de Extensão em Porto Alegre - novembro/2011

B) Dados secundários

- Catálogo de Projetos de Extensão e Ação Contínua (PEAC)
- Créditos de extensão
- PIBEX
- Eventos, projetos e programas permanentes
- Parcerias, convênios, etc.
- Quantidade de alunos envolvidos
- Quantidade de professores envolvidos
- SIEX
- Relatórios de concessão e de resultados dos projetos
- PNEX - Diretoria de Extensão da SESU/MEC
- FORPROEXT
- CEX

7.3.3 Tema para reflexão

- O conceito difuso de Extensão e sua articulação com os outros pilares da Universidade, o ensino e a pesquisa
- Extensão como item de avaliação para a progressão funcional

7.4 Eixo Gestão

7.4.1 Categorias

- Pessoas
- Planejamento e orçamento
- TI
- Infraestrutura
- Contratos e convênios
- Gestão institucional

7.4.2 Ferramentas de avaliação das Categorias

A) Dados primários

- Entrevistas em profundidade com gestores de áreas
- Grupos focais com gestores acadêmicos
- Pesquisa de clima organizacional com todos os segmentos

B) Dados secundários

- Sistemas Administrativos
- Relatório Final da Avaliação da Gestão de Meios da UnB
- Dados do DPO
- Relatórios de autoavaliação anteriores

7.4.3 Temas para reflexão

- Política de acessibilidade
- Política de diversidade (Já existe Comissão na UnB)
- Cotas
- Indígenas

7.5 Estratégias

- Estrutura profissional para operar a autoavaliação
- Coordenação pela subcomissão da CPA
- Distribuição das atividades em três anos

- Ações imediatas
 - Criação de Comitês de Avaliação nas Unidades Acadêmicas e Administrativas
 - Criação do Portal da Autoavaliação Institucional
 - Revisão do material existente
 - Consolidação da estrutura institucional de autoavaliação
 - Definição da estrutura de captação e armazenamento de dados
 - Planejamento operacional da autoavaliação

8 Bibliografia

BELLONI, I.; BELLONI, J. A.; BORGES; BORGES, M. B.; SOBRAL D. T. Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. In: BALZAN, N. C.; SOBRINHO DIAS. J. (Orgs.) **Avaliação Institucional**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições*. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://issuu.com/luisfernando0/docs/name26f1a4>>. Acesso em 6/9/2011.

RANGEL, M. L. *O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes no Curso de Pedagogia da UnB*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

UnB – Universidade de Brasília/Comissão de Avaliação Institucional. *Avaliação do ensino de graduação: teste da metodologia*. Brasília: UnB, 1987.

UnB – Universidade de Brasília. *Projeto de avaliação institucional da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 2005. Disponível em http://www.spl.unb.br/avaliacao/Projeto_Avaliacao.pdf. Consulta em 6/9/2011.

UnB – Universidade de Brasília. *Relatório de Autoavaliação Institucional, ciclo 2008-2010*. Brasília: UnB, 2010.